



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2461 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 09 - Trabalho e Educação

CONCEPÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA NO
Helton Messini da Costa - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

CONCEPÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA NO "PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO"

RESUMO

O presente estudo pretende analisar o fenômeno do "Movimento Escola Sem Partido" (MESP) a partir de seu Programa enquanto mediação na conjuntura da fase neoliberal do sistema capitalista que, na educação, tem se expressado pela Teoria do Capital Humano (TCH). Dessa forma, intencionamos discutir como se manifesta no Programa do MESP as concepções de trabalho e formação humana. Para tanto, a partir do método do materialismo histórico dialético e das categorias de trabalho, ideologia, Estado integral e intelectuais orgânicos, buscamos compreender, no escopo do Programa, suas contradições, bem como, sua ideologia. Com vistas a uma melhor organização do texto, num primeiro momento, incidimos sobre as relações entre as categorias e o objeto de pesquisa. Posteriormente, ao analisarmos os preceitos do Programa, pretendemos compreendê-lo em conjunto a TCH. Por fim, apresentamos algumas considerações com vistas a contribuir com a crítica ao MESP.

Palavras-chave: Programa Escola Sem Partido; Trabalho; Teoria do Capital Humano;

CONCEPÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA NO "PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO"

RESUMO

O presente estudo pretende analisar o fenômeno do "Movimento Escola Sem Partido" (MESP) a partir de seu Programa enquanto mediação na conjuntura da fase neoliberal do sistema capitalista que, na educação, tem se expressado pela Teoria do Capital Humano (TCH). Dessa forma, intencionamos discutir como se manifesta no Programa do MESP as concepções de trabalho e formação humana. Para tanto, a partir do método do materialismo histórico dialético e das categorias de trabalho, ideologia, Estado integral e intelectuais orgânicos, buscamos compreender, no escopo do Programa, suas contradições, bem como, sua ideologia. Com vistas a uma melhor organização do texto, num primeiro momento, incidimos sobre as relações entre as categorias e o objeto de pesquisa. Posteriormente, ao analisarmos os preceitos do Programa, pretendemos compreendê-lo em conjunto a TCH. Por fim, apresentamos algumas considerações com vistas a contribuir com a crítica ao MESP.

Palavras-chave: Programa Escola Sem Partido; Trabalho; Teoria do Capital Humano;

INTRODUÇÃO

A problemática suscitada neste artigo abarca o trabalho do professor na especificidade do capitalismo - com suas contradições - em geral e, no Brasil, em particular, no interior de um modelo de capitalismo dependente (FERNANDES, 1976). Assim, intencionamos analisar o fenômeno do "Movimento Escola Sem Partido" a partir da medição de seu Programa^[i] que, tem por objetivo configurar-se enquanto "[...] uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar" (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, s.d).

A princípio recorreremos à categoria trabalho em Marx (2017), pois, enquanto mediação entre o homem e a natureza o trabalho é socialmente produzido, expressando historicamente a totalidade das relações humanas para cada época. Mas, no capitalismo, encerra-se na forma "trabalho assalariado, alienado, fetichizado" (ANTUNES, 2009, p. 232) transformando a força de trabalho em uma mercadoria. "O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente" (MARX, 2004, p. 87). Assim, como as relações sociais desenvolvem-se nos limites da historicidade, a centralidade do trabalho no capitalismo, subsumido à forma mercadoria, irá transpassar a educação, manifestando as contradições subjacentes a este processo.

Com o trabalho subsumido na forma mercadoria, o próprio trabalhador torna-se extensão da mercadoria porque "[...] o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria* [...]" (MARX, 2015, p. 304, grifo do autor). O trabalhador encontra-se alienado por não se reconhecer com o produto de seu próprio trabalho. Assim, importa-nos a categoria alienação a fim de analisar como se manifesta para a classe trabalhadora, em geral, e especificamente na escola, as concepções de trabalho e formação humana, perpetradas no "Programa Escola Sem Partido", doravante Programa.

Com a categoria de ideologia apreenderemos que, ao construir uma série de proposições, o Programa revela e ao mesmo tempo oculta suas reais pretensões. Dissemina concepções, como a de neutralidade, expressando-as como as únicas possíveis. Para Marx e Engels (2007, p. 47), "[...] as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes. [...] A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual". Assim, as frações burguesas conservadoras e reacionárias, comprometidas com o Programa, expressam seus valores, enquanto uma ideologia, como se tais valores fossem de todos.

Por conseguinte, as análises que compreendem Estado, sociedade política e sociedade civil serão desenvolvidas a partir da categoria de Estado integral em Gramsci (2004, p. 20, 21):

[...] podem se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como 'privados') e o da "sociedade política ou Estado", planos que correspondem, respectivamente à função de 'hegemonia'.

Aqui apontamos para a ampliação do conceito de sociedade civil que, abrange os aparelhos privados de hegemonia: associações, igrejas, partidos, sindicatos. Ressaltamos ainda que a divisão entre sociedade civil e sociedade política (ambas compondo o Estado integral), proposta por Gramsci, corresponde a uma opção didática. De fato as relações dadas nestas esferas possuem um caráter dialético, ou seja, sociedade civil e sociedade política como um conjunto de relações em que os mesmos sujeitos, individuais ou coletivos, trafegam pelos dois planos (LIGUORI, 2006).

Destarte, sinalizamos para atuação dos professores, bem como, dos partidários do Programa enquanto intelectuais orgânicos que, atuando na correlação de forças oriundas das relações e contradições entre sociedade civil e sociedade política, exercem sua função de direção intelectual e moral. Portanto, interessa-nos a categoria de intelectuais orgânicos em Gramsci (2004), pois, esse autor considera todos os homens como intelectuais. Contudo, na sociedade capitalista apenas alguns irão exercer essa função diretiva e organizativa de um dado grupo social.

Portanto, observamos que o Programa subsiste como construção de intelectuais do "Movimento Escola Sem Partido"^[ii] e, este por sua vez, funda-se num conjunto de valores, os quais apontamos como conservadores e reacionários^[iii]. Com efeito, os professores enquanto intelectuais orgânicos possuem em potencial uma função organizativa e diretiva dentro do grupo social em que se encontram e atuam.

Na função do professor, reside outra problemática, já que sua atuação não se encerra na reprodução dos mecanismos engendrados pelo sistema capitalista para a educação e a escola, ele encontra-se mergulhado nas contradições que configuram este sistema e pela correlação de forças que emerge quando se atua - intencionalmente ou não - nas tentativas de construção de outra sociedade.

Porém, trabalho e educação não se constituem como elementos separados da vida social. A educação em sendo, "uma prática social, política e técnica que se define no bojo do movimento histórico das relações sociais de produção da existência" (FRIGOTTO, 2010, p. 243) relaciona-se dialeticamente com seu tempo. Tornando-se necessário, portanto, compreender quais as mediações presentes nas relações que se estabelecem entre educação, Estado integral e sociedade civil.

Entendemos preliminarmente que o Programa atua enquanto mediação entre a sociedade civil e o Estado integral. Do mesmo modo, compreendemos os professores enquanto mediadores entre a produção/construção e a difusão do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade. Assim, o Programa almeja se instituir a partir destas mediações nas totalidades do trabalho do professor, da escola, da educação, da sociedade civil e do Estado integral.

Concomitante às categorias aqui suscitadas emerge a Teoria do Capital Humano quanto mediação entre o desenvolvimento capitalista em geral e a educação/escola em particular, isto porque, o Programa evidencia - como

veremos em seu escopo- um conjunto de medidas que contribuem ao avanço das políticas neoliberais e da TCH. Nesta teoria que, desponta no Brasil a partir da década de 1960, durante a Ditadura Empresarial-Militar, entende-se que a ascensão social poderá ser alçada a partir do investimento em educação. Conforme explica Frigotto (2010, p. 61-62):

O fato de não ser proprietário, não dispor de um capital físico ou de não pertencer à classe burguesa, nesta ótica pouco importa, uma vez que o indivíduo, investindo em capital humano, poderá aumentar sua renda (isso depende dele, pois a decisão é dele); e a médio ou longo prazos, este investimento lhe permitirá ter acesso ao capital físico ou dispor do mesmo *status* e privilégio dos que o possuem.

Desse modo, na intenção de construir uma crítica que caminhe ao encontro da classe trabalhadora, articulando teoria com a prática revolucionária, optamos pelo materialismo histórico dialético como método de pesquisa e exposição, ao entendermos que o fazer ciência perpassa pelas condições históricas e objetivas dos sujeitos individuais e coletivos.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO E A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Definido como uma lei em potencial, o Programa desponta na sociedade brasileira no bojo das discussões a respeito do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a partir de 2012, quando as bancadas religiosas formadas por setores conservadores e reacionários ligados às Igrejas Evangélicas e a Igreja Católica contribuíram para o arquivamento do Projeto Escola Sem Homofobia^[iv].este cenário, o encontro de Miguel Nagib - fundador do MESP - com Flávio Bolsonaro (à época deputado estadual – PP/RJ) e Jair Bolsonaro (à época deputado federal - PP/RJ) contribuiu para a criação do Programa e conseqüentemente para a elaboração do primeiro Projeto de Lei (PL) movido por esse Programa no Estado do Rio de Janeiro.

Ao centrar nossas análises no Programa entendemos que o mesmo, manifesta-se na sociedade política como uma mediação que almeja institucionalizar-se via um aparato jurídico, isto é, intenciona enquanto lei, concentrar o conjunto de valores preconizados por determinadas frações conservadoras e reacionárias, vinculados aos setores fundamentalistas das Igrejas Evangélicas e Católica da burguesia brasileira, bem como, aos grupos que desejam o retorno da Ditadura Empresarial-Militar.

Com um cartaz a ser afixado nos murais de cada sala de aula do País, o Programa apresenta:

DEVERES DO PROFESSOR

1. O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais, ou religiosas, ou a falta delas.
3. O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
5. O professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, s.d.).

Tais preceitos partem, desde o princípio, do julgamento do trabalho do professor. Apontam-se mecanismos para reverter um quadro que ser quer empírico, sem mencionar qualquer pesquisa empírica, ou mesmo teórica, a fim de fundamentar estas disposições. Neste sentido, os argumentos usados para afirmar que o professor é um indivíduo especializado em aproveitar-se de seus alunos para manifestar suas concepções de mundo, evidenciam a estratégia de disseminar uma opinião infundada, contribuindo para aprofundar a alienação da classe trabalhadora que faz uso da escola pública. Ao ocultar seus reais objetivos e, da mesma forma, apresentar concepções e orientações pedagógicas que não possuem base concreta, o Programa configura uma ideologia.

Assim, na aparência, a ideologia propalada pelo Programa apresenta-se como neutra, imparcial, moderna, capaz de resolver os problemas da escola ao expor-se como sendo a visão correta de mundo. Entretanto, em essência, almeja aprofundar a alienação da classe trabalhadora ao naturalizar a ideia de que há somente um único caminho possível para a humanidade sob os desígnios do capitalismo e da religião. Da mesma forma, camufla suas concepções de trabalho e de formação humana que, relacionam-se, em geral com a sociedade capitalista em sua fase neoliberal, e em particular, com a TCH.

Desenvolvida em meados da década de 1950, por Theodore W. Schultz, a Teoria do Capital Humano tem como

fundamento a ideia de que todos os indivíduos possuem um capital ao nascerem, mesmo os que não dispõem de propriedades e, esse capital deve ser investido em educação para que o indivíduo possa alcançar o sucesso profissional e ascender socialmente.

[...] o conceito de capital humano, desenvolvido sob a herança da concepção burguesa de sociedade, que busca dar conta do investimento feito em educação para produzir capacidade de trabalho e, explicar, de um lado, os ganhos de produtividade não devidos aos fatores capital físico e trabalho, e, de outro, os ganhos salariais resultantes das taxas de retorno do investimento feito em educação [...] (FRIGOTTO, 2010, p. 79).

Neste contexto, a educação "definida como uma prática eminentemente política e social fica reduzida a uma tecnologia educacional" (*ibid.*, p.79), posto que subsumida na forma mercadoria, separa-se as questões educacionais das questões políticas, sociais e históricas. Interessa-nos, portanto, compreender que, quando o Programa estabelece em seu escopo que o professor não deve pontuar opiniões políticas e ideológicas, pretende-se impedir que a dimensão política da educação, possibilite aos alunos à crítica a sociedade vigente, à medida que possam reconhecer nela suas contradições.

Do mesmo modo, busca-se um modelo positivista de ciência ao se estabelecer uma forma "justa" de explicar todas as concepções possíveis de um determinado assunto, ou seja, aqui o professor fica impedido de explicitar o conteúdo social presente em todos os assuntos, bem como, ao não emitir um posicionamento de classe, naturaliza-se a concepção de que as diferenças sociais são de responsabilidade individual e não consequência da sociedade capitalista.

Ao afirmar que o professor deva respeitar que, questões morais são de responsabilidade exclusiva da família - ainda que, numa dada família a moral seja transpassada pelo racismo, a xenofobia, a homofobia ou o machismo - pretende-se permitir que tais concepções respaldem-se pela escola, omitindo-se não apenas o caráter social da escola, mas, também, sua função em contribuir para a emancipação humana.

Assim, o trabalho do professor, subsumido na forma mercadoria, com a função de aplicar apostilas para transmitir conteúdos previamente definidos, contribui para a formação de força de trabalho convertida em mercadoria, em acordo com a TCH. Reduz-se também a escola a um espaço sem conflitos e sem contradições e, o ato de educar a uma tecnologia educacional. Contribuindo à formação de "*recursos humanos, produzir capital humano*" (FRIGOTTO, 2010, p. 243).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho e a educação, enquanto especificidades humanas sob o capitalismo assumem as formas históricas deste sistema. Centrada na instrução, subsumida na formação de quadros para o capital, encerra-se num modelo de escola capitaneado nesta fase neoliberal pela Teoria do Capital Humano.

Ao mesmo tempo em que recrudescer a formação para o capital em geral, e, no Brasil em particular - dado a conjuntura histórica e sua posição dependente ao capital internacional, o Programa apresenta-se a partir do caráter permanentemente contrarrevolucionário da burguesia brasileira que, na ânsia de manter seus privilégios revela sua essência autocrática, conservadora e reacionária.

Assim, também manifesta essa face de frações da burguesia brasileira, herdeiras de um passado colonial e oligárquico, conservadora e reacionária, contribuindo para a manutenção e o recrudescimento das políticas neoliberais para a educação, em especial, aquelas que expressam a formação para o capital humano.

Deste modo, afirmamos que o Programa estruturou-se pela atuação de intelectuais orgânicos, enquanto dirigentes e organizadores, comprometidos com os valores capitalistas. Com isso, interessa aos intelectuais orgânicos, comprometidos com a escola na totalidade da educação brasileira, exercer seu trabalho com base na crítica às concepções de mundo que subsumem a educação na instrução e na forma mercadoria, na superação da alienação e consequentemente para a emancipação humana.

[i] Disponível em <<https://www.programaescolasempartido.org/>> Acesso em: 16 mar. 2018.

[ii] Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

[iii] Em nossas análises compreendemos que há divergências entre os projetos de sociedade conservador e reacionário. No primeiro, busca-se no bojo do desenvolvimento capitalista uma adaptação das ideias e instituições conservadoras, tais como, a Igreja e a família, neste sentido o conservador se entende enquanto burguês e, tal como a burguesia movimenta-se para a manutenção da sociedade capitalista. O reacionário, por sua vez, herdeiro de outras tradições - no caso brasileiro da sociedade colonial e oligárquica - ainda que se adapte há certas circunstâncias da sociedade capitalista, como as desigualdades de classe, intenta sempre a sociedade anterior como modelo. (NETTO, 2011).

[iv] Torna-se necessário explicitar que no ano de 2004 o governo federal lançou o programa "Brasil sem Homofobia" – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2018.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*, S.P.: Boitempo, 2009.
- COELHO, E. Estado ampliado, política apequenada. In: MATTOS, M. B. (Org). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- FERNANDES, F. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. Vol. 2. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do cárcere. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LIGUORI, G. Estado e Sociedade Civil de Marx a Gramsci. *Revista Novos Rumos*. Ano 21. nº 46, 2006.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antonia Pacheco. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- _____. *Capítulo VI inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. Tradução de Klaus Von Puchen. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, 2004. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- NETTO, L. E. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2016. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em: 02 mar. 2018.